



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# TJ-RS

**500 QUESTÕES GABARITADAS - TJ-RS - TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL**

**Comum- Analista Judiciário**

**EDITAL Nº 14/2025 – DDP – SELEÇÃO – RECSEL**

**CÓD: SL-030ST-25  
7908433282457**

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Ética no Serviço Público .....	19
3. Organização e Funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.....	33
4. Noções de Direitos Humanos, acessibilidade e inclusão .....	41
5. Noções De Análise De Dados E De Inteligência Artificial .....	59
6. Administração Geral e Pública .....	71
7. Administração Financeira e Orçamentária.....	83
8. Direito Constitucional .....	97
9. Direito Administrativo.....	113

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. (2025)

A única palavra de grafia correta entre as que aparecem abaixo é:

- (A)estrupe.
- (B)buginganga.
- (C)depedrar.
- (D)compania.
- (E)muçulmano.

## 2. (2024)

Numa viagem de carro entre Rio e Minas Gerais, um motorista foi observando uma série de cartazes na rodovia; o único cartaz abaixo que está **corretamente** redigido, é:

- (A)Precisam-se de caminhões para transporte de grãos;
- (B)Há vagas no estacionamento ao lado do posto;
- (C)Aqui anteriormente haviam árvores; hoje, um deserto;
- (D)Deixe para amanhã o que não precisa fazer hoje;
- (E)Local de diverção para crianças.

## 3. (2023)

Assinale a opção em que todos os vocábulos grafados com e ou i estão escritos **corretamente**.

- (A)adiante / lampião / crâneo.
- (B)veado / pior / casimira.
- (C)palitó / Pireneus / arrepio.
- (D)irriquieto / digladiar / dilapidar.
- (E)crioulo / pátio / confissionário.

## 4. (2022)

4)Assinale a opção em que as duas formas gráficas de um mesmo vocábulo são aceitas como corretas.

- (A)mendigo / mendingo.
- (B)mortadela / mortandela.
- (C)desinteria / disenteria.
- (D)bêbedo / bêbado.
- (E)maquinária / maquinaria.

## 5. (2025)

5)Assinale a opção que mostra dois vocábulos com possibilidade de dupla pronúncia (os vocábulos estão propositalmente sem acento gráfico).

- (A)crisantemo / hieroglifo.
- (B)projétil / antifrase.
- (C)Gibraltar / réptil.
- (D)recorde / leucocito.
- (E)zangão / arquetipo.

## 6. (2024)

Texto:

### Crescimento Zero

*Alex Grijelmo*

Parece difícil que nos resignemos a não crescer. O crescimento de qualquer de nossas posses forma parte das ideias positivas. Não de crescer as crianças, os músculos, os seios, nossos negócios e, obviamente, também a economia. Este caso é, porém, o mais transcendental, porque mesmo quando a economia não cresce, dizemos que cresceu: porque “cresceu zero”.

O eufemismo que está presente em “crescimento zero” consegue unir um conceito positivo (crescimento) com outro negativo (o não-crescimento), para neutralizar o efeito deste (e, além disso, se apela a um número que não é exatamente negativo: o zero).

Os economistas e os políticos empregam muito bem esses vocábulos para contentar-nos, mesmo quando a economia decresce, porque então falam de “crescimento negativo”.

Vejamos o lado bom da coisa, porque devemos agradecer o fato de que as pessoas das ciências tenham sabido escolher muito bem as palavras, ainda que seja para esconder os números.

Assinale a opção que mostra duas palavras do texto que recebem acento gráfico pelo mesmo motivo.

- (A)difícil / números.
- (B)músculos / além.
- (C)negócios / ciências.
- (D)porém / políticos.
- (E)está / é.

**7. (2023)**

**Atenção:** o texto a seguir refere-se próxima questão.

“Dessa forma, são apresentados os aspectos que envolvem esse serviço público, como o trabalho da polícia e o sistema das prisões. Além disso, é evidenciada a política brasileira que se torna um empecilho à garantia de uma sociedade mais segura. É importante ressaltar que nesse trabalho será evidenciada a violência que tem como praticantes agentes que delinquem reiteradamente e que são réus de diversos processos penais.”

Assinale a opção que mostra vocábulos que são acentuados em função da mesma regra de acentuação gráfica.

- (A)público / política.
- (B)polícia / será.
- (C)além / réus.
- (D)é / à.

**8. (2022)**

Entre as opções abaixo, assinale aquela em que todos os vocábulos são proparoxítonos, com acentos gráficos **corretos**.

- (A)aeródromo / protótipo / alcoólatra.
- (B)ínterim / bigamo / pégada.
- (C)ávaro / êxodo / idólatra.
- (D)misântropo / édito / invólucro.
- (E)leucócito / âmago / aziago.

**9. (2024)**

O sufixo -ada é empregado muitas vezes para indicar “golpe ou agressão”, como no seguinte caso:

- (A)cadeirada, bofetada.
- (B)lixarada, estudantada.
- (C)temporada, estada.
- (D)aguada, baixada.
- (E)torrada, feijoada.

**10. (2024)**

Em cada opção a seguir há um conjunto de quatro palavras.

Assinale a opção em que há uma palavra que não pertence à mesma família das demais.

- (A)pão / padaria / panificador / padeiro.
- (B>manual / manipulação / manter / mão.
- (C)barbeiro / barba / barbicha / barbado.
- (D)narigudo / nasal / narina / nariz.
- (E)linha / linear / desalinhado / linho.

**11. (2023)**

No prefácio de um de seus livros, o escritor modernista Mário de Andrade escreveu: “Mas todo este prefácio, com todo o disparate das teorias que contém, não vale coisíssima nenhuma”.

Sobre o curioso vocábulo “coisíssima”, é **correto** afirmar que:

- (A)o sufixo -íssima aparece ligado a um substantivo e não a um adjetivo, como de hábito;
- (B)a formação do vocábulo indica intensidade;
- (C)o vocábulo formado indica a noção de quantidade incontável;
- (D)o sufixo utilizado no vocábulo corresponde, por tratar-se de um substantivo, ao sufixo aumentativo -ão;
- (E)a palavra formada é comumente empregada na linguagem erudita pelo fato de o sufixo empregado ser culto.

**12. (2023)**

Texto 1

– Bia Haddad se cobra após vitória inédita: “Fiquei um pouco insatisfeita” (adaptado)

Paulista supera Jaqueline Cristian, carimba vaga na terceira rodada – seu melhor resultado no Grand Slam –, mas não fica satisfeita com o próprio desempenho em quadra

Por Redação do GE — Londres, Inglaterra

A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada em Wimbledon. A paulista, porém, não ficou satisfeita com a própria performance na quadra: ela admite que precisou ser conservadora para conquistar o resultado e promete melhorar na próxima fase.

— Estou na terceira rodada em Wimbledon pela primeira vez. Estou feliz pela minha luta, pela briga, mas fiquei um pouco insatisfeita com meu nível de tênis. Quero parabenizar minha adversária, que jogou em alto nível bastante tempo, foi mais competitiva durante todo o jogo. Estou feliz pela minha luta, consegui dar um jeito de ganhar não me sentindo bem. Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante. Fui bastante conservadora. Tenho a oportunidade de melhorar meu tênis. Quero agradecer a todo mundo pelo apoio e pela torcida – declarou a jogadora, que anotou sua nona vitória de virada em 2023, via assessoria de imprensa.

Décima terceira colocada do ranking, Bia Haddad vai enfrentar a romena Sorana Cirstea – que ocupa o 37º lugar – na terceira rodada, em data a ser anunciada pela organização.

# ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

## 1. 2022

São deveres de todo servidor (independentemente da função que ocupa), no que se refere ao Patrimônio:

- (A) Zelar pela economia do material da instituição e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização.
- (B) Não ter responsabilidade pelo desaparecimento do material que lhe for confiado, para guarda e uso.
- (C) Não informar à chefia imediata a ocorrência de qualquer irregularidade envolvendo o patrimônio da unidade gestora.
- (D) Omitir informações sobre mau uso de equipamentos e produtos.
- (E) Emprestar equipamentos e suprimentos para uso particular.

## 2. 2023

Considere que João é servidor público e praticou irregularidade, no exercício de suas atribuições.

Com base na Lei Complementar no 10.098/1994, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade de João se dará na esfera administrativa e civil, ou penal.
- (B) a responsabilidade civil somente ocorrerá se praticada conduta comissiva ou omissiva em caso de dolo ou erro grosseiro.
- (C) a responsabilidade penal abrangerá os crimes e contravenções imputadas ao servidor nesta qualidade.
- (D) a responsabilidade civil-administrativa decorrerá da prática do ilícito, independentemente do dolo ou culpa de João.
- (E) caso praticada conduta que cause dano a terceiro, João deverá indenizar diretamente este pela prática do ilícito.

## 3. 2023

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Complementar nº 10.098/1994.

- (A) Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, serão organizados em carreira.
- (B) A comprovação do preenchimento dos requisitos para ingresso no cargo público ocorrerá na data da inscrição.
- (C) Posse é a aceitação expressa do cargo, formalizada com a assinatura do termo no prazo de 30 dias, a contar da nomeação.
- (D) A autoridade a quem couber dar posse verificará, sob pena da prática de improbidade administrativa, se foram cumpridas as formalidades legais para o provimento do cargo.
- (E) Ao servidor é proibido promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.

## 4. 2021

Assinale a alternativa que **NÃO** contém uma das hipóteses em que o servidor será punido com pena de demissão, segundo a Lei Complementar Estadual nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994.

- (A) Cometer indisciplina ou insubordinação grave ou reiterada.
- (B) Agir com incontinência pública e conduta escandalosa na repartição.
- (C) Ingerir bebidas alcoólicas durante o horário de trabalho ou drogar-se, bem como apresentar-se em estado de embriaguez ou drogado ao serviço.
- (D) Exercer advocacia administrativa.
- (E) Ausentar-se do serviço por mais de 60 (sessenta) dias, intercalados, durante um ano.

## 5. 2025

Assinale a alternativa abaixo que melhor representa o conceito de Ética

- (A) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é certo ou errado.
- (B) é o estudo do comportamento difuso, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é certo ou errado.

(C) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é mais vantajoso.

(D) é o estudo do comportamento humano, das escolhas individuais e sociais, e de como definir o que é duvidoso

#### 6. 2024

De acordo com a ética no serviço público, as regras que simplesmente proíbem ou ordenam, presumindo que o sujeito saiba fazer o que se ordena e conheça as condutas proibidas são chamadas de

- (A) permissivas.
- (B) imperativas.
- (C) construtivas.
- (D) cogentes.

#### 7. 2023

Analise as afirmações a seguir sobre a ética e sua relação no campo público e privado e informe se são **verdadeiras (V)** ou **falsas (F)**.

( ) No âmbito da ética, um dos conflitos entre o público e o privado remete a uma “crise de valores”, uma vez que indica uma separação entre meios e fins.

( ) O pressuposto da separação entre meios e fins significa que estamos tomando a ética como técnica e não como práxis. Entende-se como técnica a heterogeneidade de natureza entre meios e fins, ou seja, entre o ato fabricante e o produto final; a práxis, ao contrário, caracteriza-se pela homogeneidade entre meios e fins.

( ) Na heterogeneidade entre meios e fins, a liberdade no campo público e privado deixa de ser a conquista da autonomia no seio da necessidade e contra a adversidade para tornar-se jogo, figura mais alta e sublime da contingência.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- (A) F, F, F.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, V.
- (E) V, F, V.

#### 8. 2023

No contexto institucional, uma decisão ética resulta de uma deliberação, de uma escolha consciente diante da pluralidade de elementos que envolvem determinada questão, com implicações para o profissional, para o usuário do serviço, para a instituição e para o conjunto da sociedade. Ações norteadas por princípios éticos e por uma competência que não se deixe burocratizar ou tecnificar, mas que reforce a direção social da profissão, requerem uma postura analítica da realidade e explicitação do

- (A) projeto de vida.
- (B) ideal a ser alcançado.
- (C) nível de ação.
- (D) objetivo profissional.
- (E) instrumental operativo.

#### 9. 2023

O propósito da ética é identificar regras que governem o comportamento humano e os “bens” que valem a pena buscar. As decisões éticas são guiadas por valores individuais ou princípios de conduta como, **EXCETO**:

- (A) Justiça.
- (B) Integridade.
- (C) Honestidade.
- (D) Individualismo.

#### 10. 2023

“É ter atitudes que não prejudiquem os outros, não quebrem acordos e não contrariem o que se considera certo e justo”.

A descrição acima refere-se a:

- (A) Ética
- (B) Cordialidade
- (C) Antipatia
- (D) Assertividade
- (E) Autoconhecimento

#### 11. 2023

Relativamente à ética, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha.
- (B) A ética legitima as práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume.
- (C) A ética abrange a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, contudo, não abrange a dimensão das ações pessoais.
- (D) A ética é um dos temas pouco trabalhados do pensamento filosófico contemporâneo, pois não é um tema presente no cotidiano das pessoas.

## ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

01. De acordo com o Regimento Interno do TJRS, a composição do Tribunal de Justiça é definida por:

- (A) 200 Desembargadores, com sede em Porto Alegre.
- (B) 170 Desembargadores, com sede na Capital do Estado.
- (C) 150 Desembargadores, distribuídos em câmaras regionais.
- (D) 170 Juízes e Desembargadores com jurisdição federal.
- (E) 180 Juízes e Desembargadores com atuação regionalizada.

02. Assinale a alternativa que corresponde à função do Tribunal Pleno, conforme o Regimento Interno:

- (A) Realizar julgamento monocrático em matérias administrativas.
- (B) Atuar apenas como órgão consultivo em matéria penal.
- (C) Eleger os integrantes do Conselho da Magistratura.
- (D) Julgar recursos de decisões do Presidente do Tribunal.
- (E) Eleger o Presidente, os Vice-Presidentes e o Corregedor-Geral da Justiça.

03. O Regimento Interno estabelece que o Presidente do TJRS será eleito para mandato de:

- (A) Quatro anos, permitida uma recondução.
- (B) Dois anos, vedada a reeleição.
- (C) Dois anos, com possibilidade de recondução uma única vez.
- (D) Três anos, permitida reeleição apenas em caso excepcional.
- (E) Dois anos, permitida recondução automática.

04. Considerando as regras do Regimento Interno sobre a sessão do Tribunal Pleno, é correto afirmar que:

- (A) As sessões do Pleno ocorrem exclusivamente no formato virtual.
- (B) O quórum mínimo é de 100% dos Desembargadores em exercício.
- (C) O Desembargador mais antigo substitui o Presidente em suas ausências.
- (D) O Corregedor-Geral preside as sessões em todos os casos.
- (E) Não há previsão regimental de substituição do Presidente.

05. O Tribunal de Justiça do RS adota, em suas sessões públicas, o uso de vestes talares por seus integrantes. Essa exigência está prevista:

- (A) No Código de Organização Judiciária Estadual.
- (B) Na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.
- (C) No artigo 2º do Regimento Interno.
- (D) Em resolução do CNJ.
- (E) Em portaria conjunta das Corregedorias.

06. Quanto ao funcionamento das Turmas de Julgamento no TJRS, é correto afirmar:

- (A) As Turmas julgam apenas recursos extraordinários.
- (B) O 1º Vice-Presidente profere voto em todos os casos.
- (C) São formadas por Câmaras Cíveis e reúnem-se com quórum mínimo de 2/3 dos membros.
- (D) O Desembargador mais antigo presente não pode presidir as Turmas.
- (E) As Turmas têm competência exclusiva sobre matéria criminal.

07. As atribuições do Presidente do TJRS, segundo o Regimento Interno, incluem:

- (A) Designar os Relatores dos processos originários.
- (B) Exercer a inspeção da atividade judiciária e representar o Poder Judiciário.
- (C) Elaborar pareceres vinculativos para as Câmaras.
- (D) Julgar embargos infringentes.
- (E) Substituir os Vice-Presidentes nas ausências.

08. Segundo o Regimento Interno, o funcionamento do Órgão Especial exige quórum mínimo de:

- (A) 10 Desembargadores, com maioria absoluta de votos.
- (B) 20 Desembargadores, independentemente da matéria.
- (C) 17 Desembargadores, salvo disposição regimental diversa.
- (D) 15 Desembargadores, sempre com votação secreta.
- (E) 14 Desembargadores, com dois terços da totalidade.

09. Em relação à recusa de promoção por antiguidade, o Regimento exige:

- (A) Decisão da Corregedoria com aprovação da Presidência.
- (B) Fundamentação unânime do Pleno.
- (C) Votação pública com aprovação de 3/5 dos membros.
- (D) Fundamentação e aprovação por 2/3 dos membros do Órgão Especial.
- (E) Simples manifestação de preferência do Tribunal Pleno.

10. As Seções do TJRS, conforme o Regimento Interno, estão divididas em:

- (A) Seção de Jurisprudência e Seção de Execução.
- (B) Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado.
- (C) Seção Administrativa e Seção Judiciária.
- (D) Seção de Recursos Ordinários e Seção de Revisão.
- (E) Seção de Instrução e Seção de Julgamento.

11. O Órgão Especial do TJRS é composto por:

- (A) 15 Desembargadores eleitos pelo Pleno.
- (B) 25 Desembargadores, metade por antiguidade e metade por eleição.
- (C) Todos os Desembargadores da Seção Cível.
- (D) 12 Desembargadores titulares e 13 suplentes.
- (E) 20 Desembargadores escolhidos por sorteio entre os grupos.

12. Sobre a atuação das Turmas de Julgamento do TJRS, é incorreto afirmar:

- (A) As Turmas podem julgar incidentes de resolução de demandas repetitivas.
- (B) Compete às Turmas uniformizar jurisprudência cível e criminal.
- (C) O relator pode ser sorteado entre qualquer Desembargador do Tribunal.
- (D) A presidência pode ser exercida pelo 1º Vice-Presidente ou pelo Desembargador mais antigo.
- (E) As decisões das Turmas devem observar o art. 926 do CPC.

13. A respeito do funcionamento do Plenário, o Regimento Interno estabelece que:

- (A) Não há exigência de quórum mínimo para deliberação.
- (B) As deliberações são sempre tomadas por unanimidade.
- (C) O quórum mínimo é de 2/3 dos cargos providos.
- (D) Apenas o Presidente pode convocar sessão extraordinária.
- (E) O Plenário só se reúne a cada dois anos.

14. Quanto à competência da Seção de Direito Privado, é correto afirmar:

- (A) Compreende exclusivamente matérias bancárias e securitárias.
- (B) Divide-se em grupos especializados e câmaras separadas.
- (C) Substitui o Órgão Especial em julgamentos criminais.
- (D) Trata apenas de ações que envolvam a Fazenda Pública.
- (E) Tem competência subsidiária em questões constitucionais.

# NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

## 1. (2025)

A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, surge da necessidade de atender ao prescrito na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Com relação à LBI, assinale a alternativa correta:

(A) As pessoas discriminadas não podem merecer tutela jurisdicional coletiva, ainda que a discriminação alcance a honra e a dignidade de grupos que, historicamente, se sujeitam a atos discriminatórios de todos os tipos, quais sejam, os “grupos raciais, étnicos ou religiosos”.

(B) Estabelece a LBI, em seu art. 3º, IV, o que constitui “barreira”, indicando as mais comuns, as mais perceptíveis, como as barreiras urbanística, as arquitetônicas, as de transporte, mas deixando de lado as chamadas barreiras atitudinais detectadas nas “atitudes ou comportamentos” que impedem ou simplesmente prejudicam a “participação social” em igualdade de condições e oportunidades.

(C) Segundo o art. 75, III, da LBI, na propaganda política, debates eleitorais e pronunciamentos oficiais da Justiça Eleitoral ou de autoridades, é facultado o respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência às informações, através da garantia do uso de recursos de subtítulo por meio de legenda oculta, janela com intérprete da Linguagem Brasileira de Sinais (LÍBRAS), e audiodescrição.

(D) A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência traz uma mudança de paradigma no que diz respeito ao conceito de pessoa com deficiência, deixando de utilizar o conceito médico até então vigente no Brasil, “para adotar um conceito ambiental, muito mais preocupado com as barreiras existentes na realidade do indivíduo do que apenas e tão somente no aspecto médico”.

(E) A LBI estabelece que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade, assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. A LBI ainda

estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos educacionais, de qualquer nível e modalidade de ensino, cumprirem as incumbências estabelecidas pelo caput do art. 28 dessa lei, sendo que essa obrigatoriedade só se aplica aos estabelecimentos públicos.

## 2. (2025)

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), *a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida* define

(A) acessibilidade.

(B) desenho universal.

(C) ajuda técnica.

(D) barreira atitudinal.

(E) adaptação razoável.

## 3. (2024)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.

III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**4. (2024)**

Catarina, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, anunciou obras na estrutura dos edifícios públicos geridos pelo Poder Judiciário estadual, com o objetivo de afastar qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça a participação social das pessoas com deficiência, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento, entre outras.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, Catarina anunciou obras que buscam superar, em benefício das pessoas com deficiência, barreiras:

- (A) nos transportes;
- (B) arquitetônicas;
- (C) tecnológicas;
- (D) urbanísticas;
- (E) atitudinais.

**5. (2024)**

Maria, servidora pública do Estado de Roraima, estava realizando atendimento ao público quando observou que se aproximava uma pessoa utilizando cordão de fita com desenhos de girassóis, em razão do que concluiu corretamente que seria necessário o atendimento prioritário, mediante a apresentação dos documentos pertinentes, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A conclusão de Maria se deveu ao fato de que o cordão reconhecido por Maria, à luz do mencionado Diploma Legal, corresponde ao símbolo nacional que se refere à identificação de pessoas com

- (A) deficiência auditiva.
- (B) dificuldades motoras.
- (C) transtorno do espectro autista.
- (D) deficiências ocultas.
- (E) deficiência visual.

**6. (2023)**

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento

(A) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(B) de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(C) de longo prazo de natureza apenas física, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(D) de curto, médio ou longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(E) de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

**7. (2023)**

*Se vista como um produto, a educação inclusiva representa a vitória sobre todos os tipos de barreiras que tentam inviabilizá-la ao longo da sua implementação. Se vista como um processo, a educação inclusiva é um poderoso instrumento capaz de transformar um sistema educacional, passando-o gradativamente de excludente para includente. Em ambas as visões, estão presentes, implicitamente, todos os aspectos educacionais que precisam ser: ou mantidos como são, ou melhorados, ou substituídos, ou acrescentados, e todas as barreiras que dificultam ou impedem essas ações.*

*Adaptado de Sasaki, Romeu Kazumi. Educação inclusiva: barreiras e soluções. Diversa, 2011.*

Sobre os tipos e definições das barreiras, de acordo com Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (LBI), assinale a afirmativa correta.

# NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

## 1. FGV - 2025

João tomou conhecimento de que dados genômicos afetos à sua pessoa, colhidos por um laboratório especializado a partir de autorização sua e que continham informações relativas à sequência de moléculas em seus genes, estavam em poder do Ministério Público, encontrando-se encartados em procedimento de investigação criminal em tramitação. O objetivo da investigação era o de apurar a autoria de crime contra a liberdade sexual.

Ao analisar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), João concluiu **corretamente** que, por serem:

- (A) dados pessoais sensíveis, não poderiam ser utilizados para os fins indicados, nos termos da LGPD;
- (B) dados utilizados em uma investigação criminal, o seu tratamento não é disciplinado pela LGPD;
- (C) informações de natureza genética, não consubstanciam dados para os fins da LGPD, o que afasta a aplicação desse diploma normativo;
- (D) dados pessoais, a sua obtenção necessariamente estava condicionada à prévia autorização judicial, observado o procedimento estabelecido pela LGPD;
- (E) dados pessoais, o seu tratamento por uma estrutura estatal de poder está condicionado à prévia autorização judicial, observados os requisitos estabelecidos pela LGPD.

## 2. FGV - 2024

Sofia Borba, solteira, sofreu aborto involuntário quando estava grávida de treze semanas. Dias após o fato, passou a receber, por whatsapp e por e-mail, proposta de serviços de apoio psicológico para mulheres que involuntariamente abortaram. Indignada, procurou consultoria jurídica a fim de obter parecer jurídico sobre o ocorrido, relatando que tanto a gravidez, quanto o aborto nunca foram divulgados a terceiros, apenas a médica e a clínica de saúde tinham ciência dos fatos. A preservação do sigilo ocorria, pois Sofia desejava não revelar a identidade do pai e, sendo assim, nem mesmo a sua família tinha conhecimento da gestação.

A respeito do tema Lei Geral de Proteção de Dados, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A gravidez e o aborto são considerados como dados anonimizados, portanto não identificável pela utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

(B) Os dados de Sofia descritos no enunciado são considerados como pessoais e não sigilosos, garantindo a todos o acesso.

(C) Na situação descrita, há uso indevido de dados sensíveis, a gravidez e o aborto, capaz de gerar danos morais.

(D) O silêncio pode ser considerado emissão de vontade para a permissão do tratamento de dados sensíveis.

(E) A violação dos dados sensíveis por si só não gera dano moral, cabendo, por meio de perícia judicial, a demonstração da violação do direito.

## 3. FGV - 2024

Considerando os conceitos básicos e os aspectos da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), analise as afirmativas a seguir.

I. Qualquer informação relacionada a uma pessoa identificada ou identificável é considerada dado pessoal.

II. As organizações podem, em alguns casos, adotar medidas de segurança para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e vazamentos.

III. Apenas os dados necessários para o cumprimento da finalidade devem ser coletados e tratados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

## 4. FGV - 2024

Baptista cadastrou-se em aplicativo de caronas para prestar serviço como motorista. Em pouco tempo, logrou avaliação elevada pelos passageiros, a ponto de começar a priorizar apenas corridas que lhe rendessem mais. Assim, muitas vezes forçava o cancelamento, atrasando a chegada ao ponto de encontro. O algoritmo,

então, identificou essa conduta, que infringia o regulamento, e, imediatamente, notificou-o do desligamento.

À luz da jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça, nesse caso a decisão automatizada da plataforma é:

(A) legal, na medida em que a hipótese é regida, concomitantemente, pela legislação civil e consumerista, esta a vedar a rescisão unilateral do contrato pelo fornecedor;

(B) ilegal, considerada a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, de modo que, mesmo em relações civis paritárias, não se admite a afetação de posições individuais sem prévio contraditório e ampla defesa;

(C) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, de sorte que só haverá oportunidade de impugnar essa decisão se assim previsto no regulamento subscrito por Baptista;

(D) legal, porque, em relações civis paritárias, deve prevalecer a liberdade negocial e a alocação de riscos contratadas, porém, como as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais, deve haver necessariamente a oportunidade de impugnação, nos termos do Art. 20 da LGPD;

(E) ilegal, porque as informações que levaram ao descredenciamento são consideradas dados pessoais sensíveis, de modo que não admitem o tratamento automatizado pela plataforma, consoante o Art. 7º, I, da LGPD, sem a prévia consulta ao titular, até mesmo por se considerar a dimensão horizontal dos direitos fundamentais.

#### 5. FGV - 2023

Quando se fala em inteligência artificial há uma alusão aos robôs autônomos do filme Guerra nas Estrelas. No entanto, tecnologia atual está focada em ferramentas mais discretas, como tradutores de linguagem ou analisadores de imagens e perfis. Isso não quer dizer que estas ferramentas não nos deixem assombrados e devam nos fazer questionar os seus limites e impactos. Uma dessas questões se refere à capacidade de entender como essas tecnologias chegam às conclusões que chegam, particularmente quando há um impacto na vida das pessoas. Com relação às normas já existentes que se aplicam a essas tecnologias, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras ou falsas (F).

( ) Diferentemente do que existe na Europa ou em outros países, no Brasil ainda não existe um direito à

explicação, portanto as empresas não estão obrigadas a apresentar informações a usuários sobre critérios e ou procedimentos utilizados para a decisões automatizadas.

( ) No Brasil, em situações em que se processem dados pessoais, há um direito a pedir revisão humana de decisões tomadas com auxílio de ferramentas de inteligência artificial.

( ) No Brasil, o segredo comercial e industrial impede usuários de ter acesso a informações sobre critérios ou procedimentos utilizados para as decisões automatizadas.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F - V - V.

(B) F - V - F.

(C) F - F - V.

(D) F - F - V.

(E) V - F - V.

#### 6. FGV - 2024

Determinada Assembleia Legislativa trata continuamente dados pessoais contidos em documentos relacionados ao processo legislativo, tais como atas de reunião, pareceres e projetos de lei. Os dados pessoais em questão se referem, entre outros, a parlamentares, servidores públicos, membros da sociedade civil e especialistas ouvidos em audiências públicas.

Acerca do tratamento de dados pessoais realizado, marque a alternativa **correta**, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/18).

(A) O tratamento dos dados pessoais é legítimo, na medida em que ocorre com respaldo no consentimento de todas as pessoas mencionadas no enunciado, diante da função e cargo que desempenham.

(B) O tratamento dos dados pessoais é legítimo, na medida em que diretamente vinculado ao cumprimento de obrigações e à execução de competências típicas do órgão legislativo, que decorrem de normas de organização previstas na Constituição Estadual, em conformidade com a base legal referente ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador e ao disposto no Art. 23 da LGPD.

(C) O tratamento de dados em questão apenas será legítimo quando comprovado o legítimo interesse da controladora, no caso a Assembleia Legislativa, e dos terceiros na obtenção e tratamento das informações das pessoas mencionadas no enunciado.

## 1. 2023

*Accountability* é um termo incorporado ao léxico da governança corporativa no âmbito da administração pública. Basicamente ela prevê a obrigação de o gestor prestar contas de forma transparente à rede de partes interessadas das organizações que compõem a administração pública.

Em relação à *accountability* na Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

(A) *Accountability* social depende da participação de organizações da sociedade civil.

(B) *Accountability* horizontal preconiza que os cidadãos são as partes interessadas e os políticos e governos são seus agentes

(C) *Accountability* social é o controle dos políticos e governos pelos cidadãos, por meio de plebiscito, referendo e voto.

(D) *Accountability* vertical refere-se ao sistema de freios e contrapesos.

(E) *Accountability* horizontal relaciona-se com a governabilidade e com o corporativismo.

## 2. 2023

A ação administrativa de planejar se relaciona com a definição de objetivos e a escolha de meios para alcançá-los, sendo imprescindível para qualquer organização.

Com relação aos diferentes níveis de planejamento, é correto afirmar que

(A) o nível estratégico lida, em regra, com ambientes sujeitos a grande incerteza.

(B) o nível institucional aborda, em seu conteúdo, questões detalhadas e analíticas.

(C) o nível intermediário pauta suas decisões em períodos de longa duração.

(D) o nível tático é orientado a uma visão holística da organização.

(E) o nível operacional define de forma genérica os planos organizacionais.

## 3. 2022

A missão de uma organização representa a razão de sua existência; deve, por esse motivo, servir de base para as ações estratégicas da organização.

Existem, ainda, outros elementos que compõem o conjunto referencial da estratégia de uma organização, a exemplo

(A) da retrospectiva, que utiliza experiências passadas para evitar novos desvios.

(B) da visão, que busca expressar como a organização se vê no futuro.

(C) do estratagema, que estipula limitações de custo-benefício para cada ação definida.

(D) da rigidez, que impede que os planos se flexibilizem em caso de obstáculos.

(E) da responsabilização, que auxilia a organização na punição de funcionários.

## 4. 2024

Uma multinacional está avaliando suas opções estratégicas para se inserir no mercado brasileiro. Com esse intuito, a empresa decide utilizar a ferramenta conhecida como matriz SWOT para ajudá-la nessa empreitada.

Um conhecimento que pode ser evidenciado a partir da matriz SWOT é, por exemplo,

(A) a excelente equipe de atendimento da empresa, como uma de suas forças.

(B) uma lacuna no mercado para produtos estrangeiros, representando uma de suas forças.

(C) o baixo número de colaboradores falantes do idioma português, como um exemplo de ameaça.

(D) a entrada de novos concorrentes multinacionais no mercado brasileiro, simultaneamente, caracterizando uma oportunidade.

(E) o aumento do imposto de importação, por parte do governo brasileiro, como uma de suas fraquezas.

**5. 2024**

A análise SWOT é uma metodologia que auxilia as organizações a identificar suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, fornecendo insights valiosos para o planejamento estratégico.

Assinale a opção que indica uma área de risco acentuado quando a empresa possui fraquezas e o ambiente impõe ameaças.

- (A) Enfrentamento.
- (B) Melhoria.
- (C) Aproveitamento.
- (D) Domínio.
- (E) Desativação.

**6. 2022**

Paulo precisa avaliar os riscos e condições para execução de um projeto na sua organização.

A respeito do gerenciamento de projetos, assinale a opção que indica a técnica de planejamento estratégico que tem como objetivo identificar as forças e fraquezas da organização, as oportunidades e as ameaças.

- (A) Brainstorming.
- (B) Decomposição.
- (C) Prototipagem.
- (D) Análise swot.
- (E) Causa e efeito.

**7. 2025**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**8. 2024**

Recentemente, tem-se observado uma ampliação do escopo das competências necessárias para a liderança, incorporando habilidades essenciais para lidar com os desafios contemporâneos.

Com relação às habilidades de liderança críticas para o sucesso na economia global, analise as afirmativas a seguir.

**I.** A adaptação cultural nos negócios internacionais envolve a consideração e a sensibilidade cultural. Dentro das organizações nacionais, essas mesmas habilidades emergem como cruciais para o sucesso, especialmente diante do aumento da diversidade.

**II.** A criatividade na resolução de problemas, inovação e geração de ideias proporciona uma vantagem competitiva no atual mercado global. O líder deve eludir um ambiente que encoraje a criatividade das pessoas.

**III.** A gestão autônoma da aprendizagem reflete a importância da aprendizagem ao longo da vida. Em um período de mudanças significativas e competição global, os líderes devem estar em constante processo de autotransformação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**9. 2024**

Com relação aos modelos de liderança conceituados na Teoria Situacional, analise as afirmativas a seguir.

**I.** O estilo de delegação deve ser utilizado com funcionários capazes e motivados.

**II.** O estilo de determinação deve ser utilizado com funcionários de baixa motivação e pouca capacidade.

**III.** O estilo de persuasão deve ser utilizado com funcionários motivados e de pouca capacidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

### 1. (2025)

A prefeitura de uma grande cidade enfrenta desafios na alocação de recursos para melhorar o sistema de transporte público, que apresenta altos índices de insatisfação por parte dos cidadãos.

Dois modelos de orçamento foram propostos:

- *Orçamento Tradicional*: foca na distribuição de recursos em categorias como “manutenção de veículos”, “salários de funcionários” e “compra de combustíveis”, sem relacionar diretamente os gastos com metas de desempenho ou impacto na qualidade do serviço.
- *Orçamento-Programa*: propõe um programa específico denominado “Mobilidade Urbana Eficiente”, com metas claras de como reduzir o tempo médio de espera nos pontos de ônibus em 20% e aumentar a satisfação dos usuários em 30% no próximo ano, vinculando os recursos necessários às ações que promovam esses resultados.

Dado esse contexto, o maior desafio para a implementação do modelo de Orçamento-Programa nessa prefeitura, considerando a realidade do setor público brasileiro, é

- (A) a resistência de servidores públicos habituados ao modelo tradicional.
- (B) a limitação na obtenção de indicadores confiáveis para medir o impacto do programa.
- (C) a dificuldade em prever os custos associados a cada meta definida pelo programa.
- (D) a falta de integração entre o planejamento estratégico e os sistemas de execução orçamentária.
- (E) o excesso de controle legal e burocrático que dificulta a flexibilidade no remanejamento de recursos.

### 2. (2025)

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – eles são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Relacione os Princípios Orçamentários a seguir, com suas respectivas definições:

- I. Totalidade
- II. Periodicidade
- III. Exclusividade
- IV. Universalidade

( ) Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do Art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

( ) Previsto, de forma expressa, pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Dessa forma, todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA).

( ) Estipulado, de forma literal, pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir. Segundo o Art. 34 da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

( ) Previsto no § 8º do Art. 165 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

Assinale a opção que indica a correspondência **correta**, na ordem apresentada.

- (A) III – I – II – IV.
- (B) IV – II – I – III.
- (C) IV – I – II – III.
- (D) IV – I – III – II.
- (E) III – IV – I – II.

### 3. (2024)

Os princípios orçamentários estabelecem um alicerce robusto para a administração responsável e eficaz dos recursos públicos no Brasil, fomentando a responsabilidade e a adesão aos princípios democráticos.

Em relação aos princípios orçamentários, avalie se cada afirmativa a seguir é falsa (F) ou verdadeira (V).

( ) O princípio da transparência determina ao governo divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.

( ) O princípio da totalidade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados.

( ) O princípio de não-afetação da receita de impostos ratifica vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

( ) O princípio da universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – F – V – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – F – F.
- (E) V – V – F – V.

### 4. (2023)

Em seu primeiro ano de mandato, o prefeito municipal definiu algumas orientações para a equipe de planejamento orçamentário do Município. Um dessas orientações tinha o objetivo de dar maior transparência aos atos de gestão e previa que a Lei Orçamentária deveria conter as diretrizes para acompanhamento, controle e prestação de contas ao final do exercício financeiro seguinte.

Essa orientação do prefeito municipal está em desacordo com o princípio da:

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) publicidade;
- (D) totalidade;
- (E) universalidade.

### 5. (2023)

Os Princípios Orçamentários têm a finalidade de estabelecer diretrizes essenciais que garantam racionalidade, eficiência e transparência aos procedimentos relacionados à criação, implementação e fiscalização do orçamento público.

O Princípio Orçamentário que determina que todas as receitas previstas e despesas fixadas, durante cada exercício financeiro, devem estar reunidas em um único instrumento legal em cada nível de governo é o

- (A) da totalidade.
- (B) da universalidade.
- (C) da anualidade.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) da exclusividade.

### 6. (2023)

Os Princípios Orçamentários são aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todos os níveis de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – sendo definidos e regulados por meio de normas presentes na Constituição, em leis complementares e pela doutrina.

Relacione os Princípios Orçamentários a seguir com suas respectivas definições.

- 1 - Não afetação da receita de impostos
- 2 - Transparência
- 3 - Unidade
- 4 - Publicidade

## 1. (2024)

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, consiste em um de seus fundamentos

- (A) a soberania popular com a democracia direta.
- (B) a liberdade de expressão irrestrita.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o incentivo a livre concorrência sem qualquer intervenção do Estado.
- (E) a polarização político-partidária.

## 2. (2024)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem os seguintes fundamentos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) A soberania.
- (B) A cidadania.
- (C) A dignidade da pessoa humana.
- (D) A vedação ao pluralismo político.
- (E) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

## 3. (2023)

Joana, estudante de Direito, questionou o seu professor a respeito das características dos denominados “direitos sociais”, consagrados na Constituição da República, considerando a natureza da atividade desenvolvida pelo Estado.

O professor respondeu, corretamente, que essa espécie de direito é caracterizada, em regra, pela

- (A) oferta de prestações estatais.
- (B) abstenção do Estado, não podendo avançar na esfera jurídica individual.
- (C) exigência de que a produção normativa estatal seja benéfica para a sociedade.
- (D) vedação de que os direitos individuais sejam satisfeitos antes dos direitos da sociedade.
- (E) exigência de que a atuação do Estado seja transparente, satisfazendo os interesses da sociedade.

## 4. (2024)

O Estado Beta editou norma sobre regras do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Militar, fixando limite máximo de vagas para candidatas do sexo feminino.

Diante do exposto e da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é **correto** afirmar que a referida norma é

- (A) constitucional, por observância ao princípio da razoabilidade.
- (B) inconstitucional, por violação ao princípio da impessoalidade.
- (C) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- (D) constitucional, por observância ao princípio da isonomia.
- (E) inconstitucional, por violação ao princípio da moralidade.

## 5. (2024)

Assinale a opção que contém, respectivamente, uma espécie de pena permitida e uma espécie de pena proibida, de forma expressa, pela Constituição Federal de 1988:

- (A) Privação de liberdade e de trabalhos forçados.
- (B) Multa e degredo.
- (C) Reparação do dano e banimento.
- (D) Trabalhos forçados e suspensão de direitos.
- (E) Prestação de contas e de caráter perpétuo.

## 6. (2022)

Maria e João foram presos em operação organizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, destinada ao combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. A seu ver, aspectos circunstanciais, não incorporados ao auto de prisão em flagrante, no qual somente foram ouvidos dois dos policiais envolvidos, seriam suficientes para descaracterizar a tipificação de tráfico. Por tal razão, o seu advogado solicitou à Polícia Militar a identificação dos demais policiais responsáveis pela prisão, já que todos estavam encapuzados e sem identificação naquele momento. O requerimen-

to foi negado sob o argumento de que a medida era necessária para resguardar a segurança pessoal dos policiais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa da Polícia Militar foi:

- (A) certa, pois os policiais militares devem ter o seu direito à intimidade preservado;
- (B) certa, pois o direito à ampla defesa não permite que os protocolos de segurança da Polícia Militar sejam desconsiderados;
- (C) errada, pois a proteção da esfera jurídica dos policiais militares tem mais peso, no caso concreto, que os interesses dos acusados de tráfico;
- (D) errada, pois João e Maria têm o direito à identificação daqueles que participaram da operação e, conseqüentemente, de sua prisão;
- (E) errada, pois é constitucionalmente vedado que o Estado, por ser democrático e de direito, oponha a exceção de sigilo a quaisquer informações solicitadas por particulares.

#### 7. (2025)

João não foi admitido em um programa assistencial do Município Alfa, pois, considerando as informações constantes dos cadastros municipais, ele não preencheria os requisitos exigidos para figurar como beneficiário do referido programa. Irresignado, João requereu ao órgão competente de Alfa o acesso às suas informações pessoais, o que lhe foi negado sob o argumento de que seriam informações sensíveis, não podendo ser publicizadas sem prévia autorização judicial. Apesar de ter manejado os recursos administrativos cabíveis, João não logrou êxito em alterar esse entendimento.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa de acesso

- (A) Em razão dos motivos indicados, somente pode ser objeto de ação civil pública a ser ajuizada pelo Ministério Público.
- (B) Foi correta, sendo insuscetível de impugnação, considerando o caráter constitucional da proteção dos dados pessoais.
- (C) Pode ser superada com o uso do *habeas data*, o que decorre do caráter pessoal da informação a que João pretende ter acesso.
- (D) Pode ser superada com o uso do mandado de segurança, o que decorre da injuridicidade da negativa, que violou direito líquido e certo de João.

(E) Somente será tida como correta, logo, insuscetível de impugnação, se o caráter sensível da informação tiver sido reconhecido pela legislação municipal.

#### 8. (2024)

João teve conhecimento de que havia uma informação em determinado banco de dados de caráter público, relacionada à sua pessoa, que considerava negativa. Apesar de a informação ser verdadeira, João almejava que passasse a constar do banco de dados uma anotação que veiculasse sua versão sobre os fatos, já que a matéria estava sendo discutida judicialmente. No entanto, o requerimento administrativo que formulou com esse objetivo foi indeferido. Por tal razão, cogitou impetrar um *habeas data*.

À luz da sistemática estabelecida pela ordem jurídica, é correto afirmar que:

- (A) o *habeas data* pode ser utilizado na finalidade almejada por João;
- (B) como o acesso à informação foi assegurado a João, não é cabível o *habeas data*;
- (C) a utilização do *habeas data*, na forma cogitada por João, somente é possível se o banco de dados estiver vinculado a uma instituição pública;
- (D) como a informação divulgada ao público influi sobre a esfera jurídica de João, ele possui o direito subjetivo de ter o seu pleito atendido, sendo cabível o mandado de segurança;
- (E) o cabimento do *habeas data* está condicionado à existência de prova documental que permita a retificação da informação, não sendo possível o objetivo almejado por João.

#### 9. (2021)

Maria compareceu a uma repartição pública estadual para ter acesso a determinado direito social. Ao chegar ao local, foi informada de que não poderia fruir o direito em razão do calendário definido pela autoridade competente, já que as pessoas residentes em sua localidade somente fruiriam o direito em momento futuro. Como o seu endereço residencial estava incorreto, Maria requereu, formalmente, a sua retificação pela autoridade competente, o que foi negado de maneira manifestamente ilegal, sem qualquer justificativa, apesar de ter sido apresentada prova documental do endereço correto.

A ação constitucional que pode ser utilizada por Maria para a retificação dos seus dados é o:

## 1. (2024)

O Governador do Estado Alfa pretende alterar regramentos estaduais que versam sobre a proteção conferida ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para compatibilizá-los com o necessário desenvolvimento econômico. Em assim sendo, após consultar a sua assessoria jurídica, o agente político é informado no sentido de que a matéria deve ser formalizada por meio de uma legislação, excluindo a utilização de outros atos com caráter normativo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio constitucional da

- (A) impessoalidade.
- (B) publicidade.
- (C) moralidade
- (D) legalidade.
- (E) eficiência.

## 2. (2023)

Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

I. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

II. Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

III. Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## 3. (2022)

João, Escrivão de Polícia do Estado Alfa, com intuito de dar publicidade aos atos e serviços da delegacia de polícia onde está lotado, propôs ao Delegado Titular a elaboração de folhetos, custeados pelo Estado, a serem distribuídos no bairro, com o nome e a foto de cada policial que trabalha na delegacia, descrevendo suas funções e com elogios por suas atuações funcionais.

Em resposta, o delegado titular informou corretamente que a iniciativa

(A) encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, mas não pode ser usado dinheiro público.

(B) encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, e pode ser usado dinheiro privado ou público.

(C) encontra respaldo na Constituição da República, eis que compatível com os princípios da publicidade e transparência, desde que os policiais estejam devidamente identificados com nome e matrícula.

(D) não encontra respaldo na Constituição da República, que exige que campanhas desse tipo tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

(E) não encontra respaldo na Constituição da República, haja vista que a campanha, apesar de atender ao princípio da publicidade, não tem caráter ou de orientação social, e é irrelevante a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**4. (2024)**

Os princípios expressos e implícitos no ordenamento jurídico são de crucial relevância no estudo do Direito Administrativo. Dentre aqueles que resultam implícitos na Constituição da República, amplamente reconhecidos pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, estão os seguintes:

- (A) tutela da confiança e eficiência;
- (B) impessoalidade e transparência;
- (C) supremacia do interesse público e tutela da confiança;
- (D) indisponibilidade do interesse público e publicidade;
- (E) moralidade e supremacia do interesse público.

**5. (2022)**

Flávio estacionou seu veículo em local proibido, numa rua no centro da cidade, e o poder público do Município Alfa, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, lhe aplicou uma multa, como meio indireto de coação.

Carlos estacionou seu veículo em local proibido, em frente à entrada de um hospital, e o poder público do Município Beta, observadas as cautelas e procedimentos legais cabíveis, procedeu ao guincho do automóvel, como meio direto de execução do ato administrativo.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, os atributos do ato administrativo que diretamente ensejam as providências adotadas pelos Municípios Alfa e Beta são, respectivamente,

- (A) exigibilidade e autoexecutoriedade.
- (B) imperatividade e presunção de veracidade.
- (C) imperatividade e executoriedade.
- (D) tipicidade e exigibilidade.
- (E) autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

**6. (2023)**

A Administração Pública, em âmbito federal, descobre, a partir de estudos técnicos, a potencial existência de um campo de exploração de petróleo em área de preservação ambiental. Desta forma, o órgão público competente encomenda, junto à Advocacia Geral da União, a confecção de um parecer sobre a viabilidade jurídica de se proceder à exploração de petróleo na localidade supracitada. Nesse contexto, dois meses após o pedido, o parecer técnico é devidamente apresentado.

Nesse cenário, é correto afirmar que o parecer caracteriza um ato administrativo

- (A) enunciativo.
- (B) ordinatório.
- (C) normativo.
- (D) punitivo.
- (E) negocial.

**7. (2023)**

Sociedade Sagaz solicitou determinado ato administrativo, cujo deferimento depende da margem de escolha conferida pelo ordenamento ao agente competente, ou seja, da conveniência e oportunidade na ponderação dos motivos e na escolha do objeto, mediante motivação por ele realizada.

O caso relatado trata de ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) consensual.
- (D) delegatário.

**8. (2024)**

Em certa situação excepcional, após o Juízo de conveniência e oportunidade pertinente, determinada autoridade superior, mediante indicação dos motivos relevantes devidamente justificados, promoveu a avocação temporária de competência, nos termos em que admitido pelo ordenamento.

Tal situação hipotética, corresponde à manifestação do poder

- (A) de polícia.
- (B) disciplinar.
- (C) hierárquico.
- (D) regulamentar.
- (E) vinculado.

**9. (2022)**

O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.